

ATA Nº 2/2016
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No vigésimo quarto dia do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quarenta minutos, reuniu na Sala do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: o Professor Doutor Vasco Pereira da Silva (Presidente do Órgão), a Professora Doutora Sílvia Alves, o Professor Doutor Miguel Teixeira Patrício, a Professora Doutora Raquel Alexandra Brízida Castro, o Professor Doutor José Luís Ramos, a Professora Doutora Isabel Vieira Borges, a Dra. Ana Fouto, a Dra. Heloísa Oliveira e a Professora Doutora Helena Morão; enquanto membros discentes: os estudantes Amadú Dafé, André Oliveira Carrilho, Artur de Bragança Teixeira, Diogo Fernandes e Sara Aguiar; e, enquanto membro não docente, a Sra. D. Dália Marinho; esteve ainda presente, sem direito de voto, o Diretor, Professor Doutor Pedro Romano Martinez; os subdiretores, Professora Doutora Paula Vaz Freire e Professor Doutor Luís Pereira Coutinho, a Diretora Executiva, Professora Doutora Cláudia Madaleno e o Vice-Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Ricardo Stoffel.

A ordem de trabalhos consistia nos seguintes pontos:

1. Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
2. Período de Antes da Ordem do Dia;
3. Revisão dos Estatutos;
4. Plano estratégico da Faculdade de Direito;
5. Execução das medidas de curto prazo no Programa de Gestão para o biénio 2016/2017;
6. Recomendações adotadas na última reunião do Conselho de Escola;
7. Relocalização de serviços;
8. Homologação da distribuição de serviço docente do 2.º semestre;
9. Relatório do Inquérito da Reitoria;
10. Gestão de recursos humanos não docentes;
11. Bolsas de investigação;
12. Publicitação dos despachos do Diretor;

13. Disciplinas de opção.

1. Leitura e aprovação da Ata da sessão anterior

O Professor José Luís Ramos tomou a palavra e referiu que a Ata é um resumo da reunião, mostrando desagrado pelo facto de, após as correções feitas ao projeto da ata por um dos conselheiros, se ter excedido em muitas páginas o projeto de ata inicialmente enviado para todos os conselheiros. O Professor reprova o facto de a conselheira Dra. Heloísa Oliveira acrescentar às suas intervenções passagens que não havia mencionado ou discutido na reunião e solicita ao Presidente a necessidade de corrigir as suas intervenções de forma a que as atas reflitam o que verdadeiramente se passou.

Tomou a palavra o Professor Vasco Pereira da Silva, que afirmou que a redação das atas compete ao Secretário do Órgão e as correções cabem ao bom senso de cada conselheiro. Desde que a ata corresponda ao que foi tratado e discutido na reunião não se deve levantar qualquer tipo de problema. O Professor apelou a que haja flexibilidade quanto à redação das atas e interpelou ainda o Professor José Luís Ramos para que, quando existir algum aspeto concreto com o qual não concorde, que deverá apontá-lo para retificar.

O Professor José Luís Ramos tomou a palavra para reafirmar a necessidade de as atas conterem as informações do que foi dito pelos conselheiros na reunião e apontou alguns exemplos das alterações feitas pela Dra. Heloísa Oliveira. Designadamente as páginas 9, 10 e 14. Fez ainda referência à importância das atas, por serem os documentos nos quais está descrito tudo aquilo que foi falado e discutido nas reuniões.

A Professora Sílvia Alves sugeriu que os textos com as correções feitas à ata fossem disponibilizadas com a maior celeridade possível. A Professora sugeriu ainda a leitura e votação da ata para a próxima reunião.

O Professor Vasco Pereira da Silva pediu uma autocontenção nos reparos e sugestões feitos às atas, afirmando que o que é relevante numa ata é invocar as decisões e os seus fundamentos e não elaborar atas demasiado extensas, apenas fazer um resumo do que foi tratado.

A Dra. Heloísa Oliveira tomou a palavra e afirmou que as suas intervenções foram bastante longas e com muitas perguntas, o que correspondeu a uma determinada extensão de texto. Reafirmou que o que incluiu na ata corresponde ao que disse na reunião.

O Professor Vasco Pereira da Silva pediu à Dra. Heloísa Oliveira para elaborar um resumo das suas intervenções, sem que o mesmo desvirtue o sentido do que foi perguntado e discutido.

A Dra. Heloísa Oliveira afirmou que estará disponível para elaborar um documento, de modo a conter toda a informação que prestou, para que fique anexo à Ata.

O Professor Vasco Pereira da Silva pediu a apresentação de um novo projeto de ata com as devidas correções e resumo das intervenções.

O Professor José Luís Ramos afirmou que o resumo das intervenções já foi feito no projeto de ata e que será esse o documento correto a apresentar.

A Professora Helena Morão alegou que competia ao Professor José Luís Ramos demonstrar os aspetos concretos onde a Dra. Heloísa Oliveira corrigiu e acrescentou informação para além do que teria sido discutido na reunião. O Professor José Luís Ramos retorquiu que já o havia feito.

O Professor Vasco Pereira da Silva deu por terminado o assunto, solicitando aos conselheiros que quando recebam um projeto de ata sejam comedidos nas alterações, sendo aprovada as duas atas na próxima reunião.

Ainda antes de passar ao segundo ponto, o Professor Vasco Pereira da Silva cumprimentou todos os membros presentes da Direção na reunião.

2. Período de Antes da Ordem do Dia

O conselheiro André Carrilho tomou a palavra para falar sobre o Despacho 11/2016 e sobre algumas situações que chegaram ao conhecimento dos conselheiros discentes.

Por seu turno, a Professora Sílvia Alves demonstrou o desagrado e lamentou a eleição do representante dos assistentes no Conselho Científico e a forma pela qual o mesmo foi eleito.

De seguida, o Professor José Luís Ramos tomou palavra e referiu a importância da utilização das instalações da Faculdade de Direito de Lisboa para o encerramento da

campanha eleitoral do Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa. Lamentou ainda que algumas pessoas tenham demonstrado desagrado com esse mesmo facto. Contudo, a cedência das instalações da Faculdade, efetuada a título oneroso, gerou receita para a Faculdade. O Professor enalteceu a iniciativa e que a Faculdade de Direito de Lisboa esteve presente e foi prestigiada na comunicação social nacional e internacional. O Professor congratulou a Direção e a Faculdade pelas ações tomadas quanto a esta matéria. Felicitou todos os que estiveram presentes no jantar de homenagem e despedida ao Professor Marcelo Rebelo de Sousa. De seguida, o Professor colocou outro tema à discussão, mais concretamente determinadas declarações que circularam nas redes sociais. Lamentou o nível de debate público, onde têm participado diversos elementos afetos à Lista B. Por conseguinte, pediu à Dra. Heloísa Oliveira para apresentar exemplos das 100 ilegalidades por si alegadas na sua página do Facebook. O Professor José Luís Ramos afirmou ainda que o antigo Diretor ligava aos docentes a ameaçar com processos disciplinares. Se não compactua com estes métodos, apela a esta Direção que não vá por aí. Apela ainda aos demais Colegas, inclusive aos da Lista B para contribuírem para prestigiar a instituição a que pertencemos.. Para isso, cumpre participar nos órgãos próprios e deixarem o “circo” das redes sociais com a imputação de inverdades por demonstrar.

O Professor Vasco Pereira da Silva afirmou que as considerações feitas sobre este tema foram atendidas.

Regozizou-se por ter um Professor desta Faculdade como Presidente da República, tendo feito um voto de Louvor ao Professor Marcelo Rebelo de Sousa pela eleição como Presidente da República, tendo o Senhor Diretor manifestado a sua concordância.

De seguida, o Vice-Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Ricardo Stoffel, cumprimentou todos os presentes e pediu que fosse aditado à Ordem de Trabalhos a Discussão do Plano de Estudos, que não chegou a ser discutido na reunião anterior.

O Professor Vasco Pereira da Silva afirmou que o ponto referido irá ser aditado à Ordem de Trabalhos da reunião seguinte.

O Diretor, Professor Pedro Romano Martinez, tomou a palavra e informou o Conselho que a empresa adjudicada para fazer a auditoria até 2017 não o poderia ter sido, por incorrer numa ilegalidade, pois a mesma empresa já fez auditoria na Universidade de

Lisboa e, de acordo com a lei, uma empresa que faz auditoria a um grupo não pode posteriormente vir a fazer auditoria a uma empresa desse mesmo grupo durante um determinado período de tempo. O Diretor procedeu à denúncia do contrato, pelo facto de a empresa não poder ser auditora da nossa Faculdade, havendo assim cessação antecipada do contrato, o que pode gerar responsabilidade devido a essa mesma cessação pela ilegalidade cometida.

A Professora Raquel Alexandra Brízida tomou a palavra e lamentou a situação, tendo afirmado que eram de extrema gravidade algumas acusações feitas na anterior reunião e que não constam da ata.

3. Revisão dos Estatutos

O Professor Vasco Pereira da Silva passou para o ponto da Revisão dos Estatutos da Faculdade de Direito de Lisboa.

O conselheiro discente Artur Teixeira alertou para a necessidade de iniciar o processo de revisão, de forma a não o prolongar por muito tempo.

O Diretor reafirmou a necessidade de dar início ao referido processo de revisão dos Estatutos. Alertou ainda para o facto de estarem a decorrer alterações substantivas da lei do Regime Jurídico das Universidades, solicitando assim uma conjugação da revisão dos Estatutos da Faculdade com as alterações que estão a ser feitas à legislação das Universidades.

Foi adiada para a próxima reunião a constituição de uma Comissão para a alteração estatutária.

4. Plano estratégico da Faculdade de Direito

A Dra. Heloísa Oliveira solicitou a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, pois seria oportuno o órgão pronunciar-se e exercer as suas competências. Questionou acerca de quais seriam os objetivos a médio prazo para a Faculdade. Propôs enviar uma lista de objetivos estratégicos de outras Faculdades e da Universidade como forma de base para a elaboração dos objetivos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e sugeriu que fosse feita uma reunião em que fosse discutido o plano estratégico.

5. Execução das medidas de curto prazo no Programa de Gestão para o biénio 2016/2017

A Dra. Heloísa Oliveira interpelou o Diretor e questionou quais as medidas que foram adotadas até ao momento e que fazem parte do Plano de Gestão da Direção, salientando que só tinha conhecimento da execução do programa das medidas a curto prazo e que a execução do Plano de Gestão da Direção deve ser seguido pelo Órgão.

O Diretor, Professor Pedro Romano Martinez, tomou a palavra e chamou a atenção para o facto de ainda estar em início de mandato. No entanto, quanto às obras de alargamento da Biblioteca e ao andamento do projeto, o Reitor da Universidade de Lisboa demonstrou um forte empenho pessoal para que as mesmas avancem, pelo que as obras se poderão iniciar já 2016; quanto às restantes medidas são medidas do dia-a-dia e, nos quase três meses em que está em exercício, foram tomadas medidas como: a contratação de assistentes, a criação do mecanismo de flexibilidade nas disciplinas optativas; o lançamento dos sumários em papel nas aulas pelos docentes; os estudantes com necessidades especiais, que passaram a ter uma sala com equipamento especializado.

A Dra. Heloísa Oliveira pediu esclarecimentos quanto ao desenvolvimento do projeto das referidas obras da Biblioteca e questionou se já havia autorização do Ministério das Finanças.

A Subdiretora, Professora Paula Vaz Freire tomou a palavra e afirmou que não foram disponibilizadas todas as informações pela antiga Direção quanto ao referido processo, pelo que a atual Direção teve que fazer o levantamento sobre o mesmo. A Reitoria está a elaborar a coordenação de revisão do projeto para a submissão do mesmo ao Tribunal de Contas; e o procedimento subsequente de escolha do empreiteiro para realizar a obra. Este é um objetivo transversal a qualquer Direção e gestão da Escola. Há também que proceder à preparação dos instrumentos de seleção das equipas para realização da obra.

O Diretor expressou mais uma vez o empenho do Reitor no tratamento do projeto de obras da Biblioteca, em coordenação com um projeto de obras da cantina da Universidade em Monsanto.

O conselheiro discente Amadú Dafé tomou a palavra e pediu esclarecimentos quanto ao alargamento do horário de funcionamento da Divisão Académica e da Biblioteca.

O Diretor respondeu que a fase concursal para a contratação de funcionários para a secretaria ainda estava em curso, pelo que só no final é que se poderá fazer o alargamento do horário.

A Dra. Heloísa Oliveira advertiu para o facto de existirem queixas de alunos quanto à sobrelotação das subturmas. Seguidamente, pediu esclarecimentos em relação à contratação de pessoal e alargamento do horário dos serviços. Alertou ainda para o facto de não ser prestada informação sobre a existência de alunos com necessidades educativas especiais de forma a que os docentes preparem o material indicado para as provas desses alunos com necessidades especiais.

A Subdiretora, Professora Paula Vaz Freire, informou que temos na Faculdade uma funcionária com formação específica e que já foi indicada como responsável na área pelo Diretor. Informou que foi feita uma autonomização do serviço com um gabinete direcionado aos alunos com necessidades educativas especiais, de forma a haver uma maior facilidade na recolha de informação, práticas a aplicar, entre outras vertentes. Abriu ainda a discussão acerca das funcionalidades que podem acrescer ao referido gabinete.

A Diretora Executiva, Professora Cláudia Madaleno, falou sobre o problema da dimensão das subturmas: referiu que a Direção tinha dúvidas de interpretação do artigo 13º do Regulamento de Avaliação e que já tinha pedido esclarecimentos ao Conselho Pedagógico relativamente ao conceito de alunos com cadeiras em atraso e respetiva inscrição nas cadeiras. Atualmente há 2614 alunos com cadeiras em atraso, daí o incremento de alunos nas subturmas. A questão do alargamento do horário ainda não foi executada. A Professora referiu ainda que é necessário respeitar a competência do Conselho Pedagógico.

A D. Dália Marinho afirmou que os alunos com necessidades especiais tiveram sempre o acompanhamento devido e adequado. A Divisão Académica não tem competência para tratar destes assuntos. A questão dos horários e das subturmas tem levantado complicações devido à existência de um grande número de alunos com cadeiras em atraso e é um reflexo das ações tomadas pela antiga Direção e pelo anterior Chefe de Divisão. A D. Dália Marinho lamentou ainda a imagem que se está a passar da Divisão Académica devido a algumas decisões que foram tomadas.

A Dra. Heloísa Oliveira disse que foi discutido noutro órgão que existem 70 subturmas

com excesso de alunos e que a interpretação do referido artigo do Regulamento de Avaliação foi feita há ano e meio e foi mantida na última reunião do Conselho Pedagógico, razão pela qual não devia haver excesso de alunos.

O discente André Carrilho chamou a atenção para a existência de uma subturma da noite com mais de 60 alunos inscritos. Referiu ainda que já há aulas práticas na primeira semana e ainda não foram atribuídas as salas das mesmas.

A Diretora Executiva afirmou que a Divisão Académica ainda naquele dia iria disponibilizar as salas de aula para as respetivas aulas práticas. Acrescentou que não foram inventados alunos para atribuição de subturmas, estes existem e os números são dados concretos recolhidos na própria semana. Foram contratados seis assistentes convidados para substituição dos docentes que tiveram que interromper os seus contratos. Referiu ainda que não se pode atribuir uma carga horária superior à estipulada por lei para cada docente.

A D. Dália Marinho referiu que o processo de atribuição de salas para as aulas práticas já foi iniciado há bastante tempo. Referiu ainda que a inexperiência dos funcionários no desempenho das tarefas para as quais foram destinados se deve ao facto de ter havido atribuição de novas funções a funcionários que nunca as tinham desempenhado antes, estando a própria a corrigi-los e a tentar minimizar o impacto, lamentando a situação vivida na Divisão Académica.

A Dra. Ana Fouto afirmou que já no primeiro semestre existiam subturmas com excesso de alunos.

A Diretora Executiva, Professora Cláudia Madaleno, referiu que existem apenas quatro funcionários para determinadas tarefas que são essenciais ao funcionamento da Divisão Académica.

A Dra. Heloísa Oliveira advertiu para a existência de um número mais alargado neste semestre de sobrelotação de alunos. Os dados deveriam ser disponibilizados quanto ao número de alunos com cadeiras em atraso.

O Professor Vasco Pereira da Silva, Presidente do Órgão, pediu uma apresentação de dados mais concretos quanto à distribuição de alunos pelas subturmas. O programa referente aos alunos com necessidades educativas especiais foi aprovado, visa uma melhor integração e obtenção de verbas para integração dos alunos com tais necessidades. Relembrou ainda acordo internacional que existe no âmbito do Programa Erasmus + relativo a este assunto.

6. - Recomendações adotadas na última reunião

A Dra. Heloísa Oliveira pediu um acompanhamento das recomendações quanto às decisões que o Diretor tomou.

A Professora Sílvia Alves recomendou que não haja interferência nas competências de outros órgãos: pode haver uma apreciação e não muito mais. Chamou a atenção quanto ao uso da palavra “Recomendação”, pois é um conceito difuso.

O Professor Luís Pereira Coutinho advertiu para o facto de haver uma demarcação de competências dos órgãos.

O Diretor afirmou que tem sempre em atenção o que é dito nas reuniões dos órgãos da Faculdade, nos quais marca presença. Quanto aos concursos públicos de contratação de pessoal não docente, houve falhas graves do cabimento, foram cometidas várias falhas processuais para a realização dos concursos. Referiu ainda a ação intentada em tribunal quanto a ilegalidades cometidas num concurso. Quanto ao Concurso da Biblioteca, foi feita uma alteração do júri e foi feita uma fundamentação da respetiva mudança, para melhor esclarecimento da inclusão do Professor Duarte Nogueira. O Diretor referiu ainda que tinha atendido as sugestões do Conselho de Escola e reformulado o despacho quanto ao desenvolvimento de atividades por determinados funcionários. No entanto, as alterações apenas foram feitas onde houve necessidade.

7. Relocalização de serviços

O Diretor da Faculdade apresentou um documento com as alterações propostas para a relocalização de serviços. A solução apresentada deve-se ao facto de existir um problema de falta de condições de serviços. Assim, alguns locais onde os funcionários se encontravam realizar as suas normais funções não têm as condições necessárias para o bom desempenho das tarefas. A Tesouraria precisa de um local específico por motivos de segurança: este serviço encontra-se numa cave com pouca iluminação. Houve uma ponderação das dificuldades dos funcionários quanto aos seus locais de trabalho, sendo as propostas apresentadas as melhores na medida do possível. Os espaços do CARL e Gabinete de Consultoria Jurídica estão com uma utilização diminuta, estando as salas disponíveis para outros objetivos. Contudo, não existe um carácter definitivo quanto à

nova localização dos serviços referidos. Não existem *guide lines* quanto à afetação do funcionamento de certos serviços, assim como vinculação a imposições de entidades privadas. Estas propostas apresentadas já foram aprovadas em sede de Conselho Académico.

A Professora Sílvia Alves tomou a palavra e demonstrou grande satisfação quanto à nova localização dos serviços.

O conselheiro discente André Carrilho afirmou que não existe uma total satisfação dos alunos, até porque, em sede de Conselho Académico, dos quatro discentes presentes três votaram contra e um absteve-se quanto à nova localização dos serviços. Os recursos humanos não terão umas condições assim tão más. Questionou ainda quais os custos com realocação dos serviços; e se o CARL e o Gabinete de Consultoria Jurídica irão continuar a funcionar ou não.

O Professor José Luís Ramos reconheceu a simplicidade com que foi apresentada a explicação do Diretor quanto à realocação dos serviços. No entanto, considerou que não é uma solução ótima relativamente às funções e necessidades da Faculdade, mas sim uma solução adequada na medida do possível. É importante que haja um debate, assim como uma decisão. A questão central quanto ao departamento dos recursos humanos refere-se à localização dos arquivos que o mesmo contém, devido à vulnerabilidade dos mesmos; não vê assim a razão de ser da preocupação pela nova localização dos recursos humanos. O Professor realçou a pertinência da pergunta do conselheiro discente André Carrilho quanto ao custo das obras e das realocações de serviços e o porquê das referidas obras. Marcou uma posição de contraposição quanto às obras do terceiro andar devido ao custo avultado e excessivo que implicou e a utilidade do mesmo espaço. O Professor trouxe a questão da legalização da arbitragem institucional para poder funcionar na Faculdade. A solução não põe em causa a utilização dos espaços para outros serviços, devido à pouca utilização dos espaços. Se houver desconformidade de afetação dos espaços e se houver necessidade de voltar a realocar os serviços, a Direção mostra uma abertura quanto a esse tópico, como já foi referido.

A Professora Sílvia Alves tomou a palavra, mostrou desagrado quanto a algumas declarações proferidas e evidenciou as condições precárias das instalações da cave e o descontentamento dos funcionários quanto ao seu espaço de trabalho.

O Professor Luís Pereira Coutinho afirmou que os estudantes podem não ter toda a informação necessária quanto a todos os processos em causa e que as medidas adotadas

trazem melhores condições aos funcionários assim como aos alunos, pois as melhores condições de trabalho dos funcionários irão refletir-se num melhor desempenho das suas tarefas.

A Professora Isabel Vieira Borges afirmou que estão em causa imperativos legais e que devem ser respeitados independentemente dos custos, isto quanto ao departamento dos recursos humanos e aos arquivos, sendo necessário seguir os ditames de segurança e higiene no trabalho quanto à prestação dos serviços pelos funcionários. Acrescentou a importância da Faculdade cuidar das pessoas que trabalham para a Escola da melhor maneira possível.

A Dra. Heloísa Oliveira esclareceu que o terceiro piso aloja ou alojava 4 serviços -a Arbitragem Institucional, a Arbitragem *ad hoc*, a mediação e o Gabinete de Consultoria Jurídica - e que só o primeiro dependia de autorização do Ministério da Justiça. De seguida, colocou 8 questões: porque é que o núcleo de recursos humanos mudava de localização e os demais serviços que estão no piso zero não; qual o destino da sala onde estava o departamento dos Recursos Humanos; o porquê deste departamento se vir a localizar numa sala de aula; o porquê de ficar distanciado dos Recursos Financeiros; porquê da nova disposição dos núcleos de alunos, perto dos recursos financeiros, que traz questões de segurança devido à grande movimentação dos alunos afetos aos núcleos; qual o destino das salas do terceiro piso que estão referidas no documento disponibilizado (13.04, 13.05, 13.06, 13.07,13.09); como é que se justificava que o serviço de comunicação e imagem, que desenvolve atividades com todos os serviços, alunos e docentes, se situe no 3.º piso; e se já foi feito algum pedido de ocupar alguma sala do terceiro piso para um centro de investigação ou instituto.

A D. Dália Marinho convidou os conselheiros discentes, enquanto representantes dos estudantes, a irem ao local dos serviços de recursos humanos e aos seus arquivos; convidou também a Dra. Heloísa Oliveira a passar um dia no Gabinete de Apoio ao estudante, junto dos aparelhos de ar condicionado; pediu compreensão pelas condições de trabalho, que são insuficientes para os funcionários que lá trabalham.

O conselheiro discente André Carrilho reafirmou que os estudantes não acompanham a posição dos funcionários dos recursos humanos, reconhecendo uma certa insuficiência de condições dos funcionários do Gabinete de Apoio ao Estudante e da Tesouraria; Dizendo ainda que a informação que os conselheiros de escola discentes têm é aquela que foi transmitida pelos conselheiros académicos discentes que visitaram as

instalações dos recursos humanos.

O conselheiro discente Artur Teixeira, concordando com a posição do conselheiro discente André Carrilho, pediu que não se faça uma generalização das intervenções dos conselheiros discentes, pois cada um tem direito a tomar a palavra e só pode responder pelas suas próprias intervenções. Os estudantes respeitam os funcionários e as suas preocupações quanto às condições de trabalho dos mesmos, assim como partilham as preocupações de legalidade apresentadas, no entanto, há discordância com algumas questões. Questiona ainda se a sala 10.11 terá condições para albergar os serviços da tesouraria.

O Vice-Presidente da Associação Académica da Faculdade, Ricardo Stoffel, também demonstrou alguma preocupação e discordância quanto a alguns aspetos e questionou se não haveria outras alternativas que se pudessem aplicar. Quanto ao funcionamento do terceiro piso, com a nova afetação do gabinete de imagem, não estará este a retirar a viabilização de uma futura realização de arbitragens nas salas que foram construídas e idealizadas para tal efeito. Demonstrou preocupação pela constante alteração dos locais dos serviços e que utilização terá o espaço da tesouraria.

O Professor Pedro Romano Martinez tomou a palavra e referiu a declaração escrita de voto de um conselheiro académico discente, em que este concorda com todas as alterações, exceto com a realocização do gabinete de imagem, não expressando assim uma ideia de maioria de descontentamento dos estudantes. As obras no terceiro piso tiveram um custo de quase 500.000€, tendo sido gastos ainda 300.000€ nas obras do piso térreo. A nova localização do gabinete de imagem não acarreta qualquer custo, sendo apenas necessário levar tudo o que estava na antiga sala para o novo espaço. A mudança do departamento dos recursos humanos implicará algum custo, mas não será relevante. As obras de reparação relativamente ao gabinete de apoio ao aluno e à tesouraria, também terão alguns custos. Mesmo com todas as mudanças, não haverá perda de salas de aula. O valor das alterações a realizar não chega aos 10.000€, sendo um encargo necessário. As afetações do terceiro piso não põem em causa as arbitragens, mediações e consultoria. Mostrou-se necessário fazer um incremento de novas atividades nos espaços em qual foi investido muito dinheiro, sendo alterações ajustáveis e reversíveis se for necessário. A medida a longo prazo seria a renovação da secretaria, essa sim implicaria mais gastos.

A Diretora Executiva mostrou imagens do arquivo dos recursos humanos e o estado

inaceitável em que o mesmo se encontra; a pretensão de mediação não foi recusada, pois havia outras salas disponíveis com as condições necessárias. Houve um convite por parte do centro de investigação de direito público para ocupação de uma sala do terceiro piso, tratando-se de uma pretensão histórica.

Neste momento foi a reunião suspensa por 5 minutos, após o que, o Professor José Luís Ramos apresentou uma proposta que o ponto nove da ordem de trabalhos, por si proposto, constasse da ordem de trabalhos da próxima reunião sob condição de que ficasse nos primeiros pontos dessa mesma ordem.

A conselheira discente Sara Aguiar afirmou que os estudantes não estão contra os funcionários nem contra os professores, pois devem ter a sua posição respeitada, assim como as condições de trabalho dos funcionários devem ser respeitadas e devem ser as melhores para desempenharem as suas tarefas. Defendeu porém que é do interesse dos estudantes que se tentem melhorar as condições atuais, fazendo as alterações necessárias, ao invés de se fazer uma realocização tão drástica dos serviços.

O conselheiro discente Artur Teixeira tomou a palavra e afirmou que o local onde a tesouraria irá ficar deve assegurar todas as condições necessárias para o seu regular funcionamento; o Centro de Arbitragem e o GCJ não devem ser descurados devido ao grau de importância que têm e podem vir a ter no futuro, atendendo ao elevado investimento realizado nas obras assim como na visibilidade e a receita que a Faculdade pode ganhar com os mesmos. Deixou ainda sérias dúvidas relativamente à alegada inexistência de um impacto negativo da reafecção de serviços no CARL e no GCJ e pediu, mais uma vez, que tal fosse tido em conta por parte da Direcção. Devido ao avultado investimento realizado, questionou se não seria possível e estrategicamente mais sensato melhorar os espaços, fazendo obras de renovação de modo a que os funcionários tenham as devidas condições de trabalho respeitadas.

A Dra. Heloísa Oliveira falou sobre o facto de um dos funcionários presente no Conselho Académico e que votou nas suas deliberações não foi nomeado em sede de Conselho de Escola, o que incorre numa ilegalidade. Questionou se estará ou não a haver um desinvestimento na prestação de serviços, em meios materiais e recursos humanos, sendo a prestação de serviços uma área crucial da nossa Faculdade.

O Professor José Luís Ramos afirmou que houve um lapso na ata quanto à indicação dos suplentes dos funcionários para o Conselho Académico. Quanto às obras realizadas na cave, com um custo de quase 300.000€, é lamentável que aquando das referidas obras

não tenham sido ponderados os objetivos das mesmas, havendo necessidade de resolver questões mais urgentes. Questionou a intervenção da Dra. Heloísa Oliveira quando afirmou que “houve um desinvestimento na prestação de serviços”: quanto à reafetação de espaços, isso não implica um desinvestimento na prestação de serviços. Antes a necessidade de melhorar essa mesma prestação de serviços. A ocupação do terceiro piso significa que os espaços que, até ao momento, tinham uma utilização diminuta, teriam assim novas funcionalidades. Não há rigidez quanto a estas questões de realocação dos serviços, pois existe disponibilidade da Direção, como já foi salientado, para uma eventual mudança no futuro, se necessário. O que lhe parece inaceitável é que o terceiro andar continue desaproveitado ou subaproveitado, ao passo que se notam carências noutros serviços da Faculdade. Isso é que deve ser colmatado, por mais que alguns dos membros da Lista B não queiram. O 3º andar é da Faculdade, não de A ou de B.

O Professor Luís Pereira Coutinho afirmou que foi feita uma ponderação de interesses quanto à nova localização dos serviços. A deliberação do Conselho Académico é válida, não haverá qualquer incompatibilidade em relação ao voto, nem qualquer preterição de formalidades essenciais.

A Dra. Heloísa Oliveira afirmou que apenas teve conhecimento da ata através de email, uma vez que não estava publicada no site, e dos nomes apresentados pelos funcionários, sendo que da mesma não constava o nome do funcionário que esteve presente e votou no Conselho Académico.

O Professor Vasco Pereira da Silva tomou a palavra e disse que as listas apresentadas para o Conselho Académico foram sendo recebidas por escrito, onde foram adicionados mais nomes.

A Professora Sílvia Alves afirmou que os nomes dos suplentes para o Conselho Académico foram apresentados na reunião do Conselho de Escola.

Os pontos 8, 9, 10, 11 e 12 da Ordem de Trabalhos foram adiados para a próxima reunião.

13 Disciplinas de opção

O conselheiro André Carrilho apresentou uma situação que ocorreu no socalco do Despacho Nº 11/2016, relatando um caso concreto e alertando para mais situações idênticas. Um aluno, diligentemente, deslocou-se à Divisão Académica para se informar da alteração de disciplina de opção e foi-lhe transmitido que neste ano letivo não haveria

nenhum período para mudança de optativa, à semelhança de anos anteriores. Este aluno foi aconselhado a apresentar requerimento geral para que pudesse mudar de disciplina. O tal requerimento foi deferido no dia 26 de Janeiro pela Sra. Diretora Executiva, mediante o pagamento da taxa de €73,20, relativa a atos fora de prazo (superior a trinta dias). O aluno pagou a quantia e foi-lhe permitido alterar a disciplina. Acontece que no dia 2 de fevereiro, ao arrepio daquilo que tinha sido afirmado pela Divisão Académica, é publicado o Despacho N.º 11/2016, que fixava a taxa de €2,60 para mudança de optativa nos dias 3, 4 e 5 de fevereiro. O aluno apresentou requerimento para que lhe fosse devolvido o remanescente (€70,60), que foi indeferido no dia 3 de fevereiro. Em conclusão, os estudantes sublinham que é de elementar justiça que se devolva o valor remanescente, pois os alunos que se anteciparam ao despacho demonstraram bastante diligência e antecipação no sentido de facilitar a gestão da faculdade.

A Dra. Heloísa Oliveira tomou a palavra e demonstrou compreensão pela situação que se vive durante a época de exames, devido a ser um período que traz sempre mais complicações e situações complexas. Contudo, a Dra. Heloísa não percebeu o motivo para não ser devolvido o remanescente da quantia paga ao aluno.

O discente Amadú Dafé reforçou a incompreensão pela não devolução do valor remanescente da pesada taxa que foi aplicada, trata-se de uma questão de justiça e não tanto de legalidade, apelando assim a uma ponderação e “bom senso” quanto à situação exposta. É uma situação que desagrada ao aluno em questão e deve assim haver a reposição da igualdade entre os alunos.

A D. Dália Marinho afirmou que o despacho sempre vigorou na Faculdade até à entrada em funções da anterior Direção. Constatou que costuma ser em altura mais próxima do segundo semestre que a procura aumenta para a mudança de disciplina optativa.

O conselheiro discente André Carrilho afirmou que os estudantes concordam com a taxa aplicada dos 2,60€.

A Professora Helena Mourão tomou a palavra e concordou plenamente com o pedido dos estudantes.

O Diretor, Professor Pedro Romano Martinez, justificou o facto ocorrido devido a medidas de gestão, para que a mudança de disciplina optativa fosse praticada num curto espaço de tempo; traduzir-se-ia numa facilitação de gestão da secretaria o facto de se circunscrever a um período relativamente curto, com vantagens para os alunos e para a gestão da Faculdade. Quanto ao caso específico do aluno, pode haver necessidade de

colocar mais uns dados para o assunto, de forma a melhor averiguar a sua situação. O despacho não tinha eficácia retroativa. O problema não pode ser visto com base em um só aluno mas quanto a todos os que estão na mesma situação e teria de haver uma devolução do valor remanescente a muitos mais alunos. Os requerimentos anteriores tiveram um tratamento administrativo diferente e com mais procedimentos, que não houve naquele prazo de três dias que foi imposto pelo Despacho.

O Professor Vasco Pereira da Silva fez uma recomendação para a Diretora Executiva fazer um levantamento das situações semelhantes. Trata-se sobretudo de uma questão de justiça material que se deveria ter em conta e procurar resolver.

O Professor Pereira Coutinho disse que havia questões de legalidade financeira que impediam a devolução.

O discente Artur Teixeira pediu que se abordasse a questão do ponto de vista da justiça material, em detrimento da perspetiva meramente formalista adotada. Sugeriu ainda que fossem analisadas as diversas situações similares em causa por forma a aferir quais daquelas deveriam efetivamente ser corrigidas face à proximidade à data do proferimento do Despacho em causa, acautelando assim as preocupações de gestão da Direção e a necessidade de tutela dos alunos na situação descrita pelo conselheiro discente André Carrilho.

O Presidente deu a reunião por encerrada, às 18h40, em virtude de ter de se ausentar.

O Presidente do Conselho de Escola



(Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva)

Os Secretários do Conselho de Escola


(Diogo Fernandes)


(Lic. Rosa Guerreiro)